

V - COMENTÁRIOS

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA E O ANO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Ondemar Ferreira Dias Jr.

O ano de 1988 marca o centenário da Lei Áurea que, juridicamente, aboliu a prática da escravidão no nosso país. Este fato desencadeou uma série de atividades, especialmente destinadas ao debate do alcance de tal medida e de suas repercussões, sobretudo no que diz respeito à situação e papel dos descendentes dos antigos escravos e da importância das contribuições que aquela população de pessoas totalmente desprovidas de direitos pode, ainda assim, legar à sociedade brasileira. Imensa massa dominada que, apesar disto, constitui um dos suportes da identidade nacional e que, hoje, decididamente, é parcela ativa e atuante na construção deste país.

A pesquisa arqueológica, no entanto, como um todo, parece não ter percebido a necessidade de destacar este segmento como objeto especial de estudo. Talvez porque, no caso brasileiro, tenha sempre se voltado para o estudo justamente dos setores dominados da nossa sociedade, com grande ênfase no elemento indígena, resgatando e dando vida às comunidades anônimas e sem “história”, “fora dos documentos” e anteriores à chegada dos europeus, contingente populacional dominante ao país. Sem mesmo levantar esta questão de forma enfática, mas sempre trabalhando com plena consciência da existência do problema, os arqueólogos brasileiros buscam demonstrar de forma inequívoca, os elos de ligação, sempre muito pouco considerados pela História, das populações ameríndias com as européias, negando, ou procurando negar, o hiato com que a historiografia tradicional aborda o assunto. De fato, *latu senso*, para o homem comum, nossa história começa com a chegada dos europeus e os índios que aqui viviam são vistos como entraves para a formação da nacionalidade. Seus descendentes, marginalizados ou reduzidos em reservas, pouco ou nada valem para o contexto da contemporaneidade, apesar de constituírem-se em fonte inesgotável para estudos etnológicos, conservacionistas, ecológicos, biológicos e tantos outros, ainda nem sequer arranhados frente ao mundo que se descortina por trás de suas tradições milenares e, a mais das vezes, reduzidos à qualidade de “assunto”, “exotismo”, “curiosidade” em algumas rodas de elite.

Sem dúvida, neste caso, o arqueólogo se destaca muito do historiador por eleger-los como seu objeto de estudo e procurar entender o “como” e “porque” da sua existência muito antes do aparecimento do primeiro documento escrito neste território. Daí que, passando para o outro segmento da população dominada, não são necessários maiores esforços. Por que, então, tão pouca ênfase no estudo arqueológico das populações negras no Brasil?

Uma série de explicações pode ser aventada. Preliminarmente, nos últimos anos, a ênfase na arqueologia de salvamento, frente ao avanço das obras que alteram dramaticamente ambientes diversos, destruindo os sítios arqueológicos de qualquer espécie, fez com que grande parte da disponibilidade em tempo, capital e mão de obra se voltasse para este setor inadiável de trabalho. Segundo, porque em se tratando de Programas de Pesquisa amplos e de longa duração, da forma como hoje se orienta a moderna pesquisa, torna-se complicado agenciá-los para setores específicos que requerem soluções emergentes em função de algum fator circunstancial especial. Terceiro, e em vista do fato de que estes mesmos Programas, de forma geral, objetivam setores amplos e abordagem indiferenciada de sítios, sejam eles indígenas, históricos, etno-históricos, etc. Assim, pode-se observar que a pesquisa não tem por objeto um determinado tipo de sítio, pelo menos em suas linhas gerais, de forma que nela sejam considerados todos aqueles que o pesquisador logra identificar em campo.

Deve-se salientar, ainda, que a maior parte das populações negras estava integrada no contexto colonial e "imperial" de produção econômica e que, ademais, as áreas especificamente destinadas à ela, contextualizavam-se, igualmente, com o conjunto de áreas vinculadas aos dominadores. Neste sentido, apenas, não se pode entender abordagens estritamente contingenciais, pois estariam fadadas a alterar ou ignorar o próprio complexo em que se integravam as populações dominadas. Assim, é da pesquisa da Arqueologia Histórica que se pode esperar os subsídios para a melhor compreensão dos problemas referentes à força de trabalho e aos papéis menos considerados pela documentação histórica no tocante à participação do contingente negro na formação social do povo brasileiro.

Uma variável pode ser encontrada no estudo das organizações de populações compostas por escravos fugitivos, ou seja, dos Quilombos. Tanto no Estado de Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro, surgiram Projetos específicos sobre o tema e as primeiras pesquisas de campo e divulgações científicas vêm surgindo já há alguns anos.¹ Em outras partes do país este tipo de comunidade e suas relações com o meio circunjacente (social e natural) vem despertando o interesse dos pesquisadores e os primeiros elementos arqueológicos começam a ser publicados.

De outra parte, já há longos anos, a Arqueologia Brasileira vem lidando com os restos materiais que refletem a sociedade nacional em seu processo de formação. Nesta tarefa, ora integrando a perspectiva da aborda-

1. Cf. Guimarães, C. M. e Lanna, A. L. "Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais", in: Schmitz, P. I. (Ed.) *Estudos de Arqueologia e Pré-História Brasileira*. Em memória de Alfredo Teodoro Rusins. Pesquisas, Instituto Anchieta de Pesquisas, Antropologia, 1980, São Leopoldo, 31:147-164. Com atuação em vários pontos do território brasileiro, desenvolveu-se de 1987 a 1988 o Projeto Quilombos (Beltrão, M. C. M. - coord., Neme, S. e Andrade, C. O.), Museu Nacional, UFRJ, em vias de divulgação. Em andamento, Projeto Arqueológico Quilombo do Ambrósio, Município de Ibiá, Serra da Canastra, MG, Museu de História Natural, UFMG.

gem histórica, ora orientando-se segundo os métodos tradicionais da pré-história, muitos esforços vem sendo dispendidos. A cerâmica neo-brasileira², por exemplo, é um dos melhores exemplos desta atividade, sendo que hoje fases do tipo estão perfeitamente integradas no panorama da nossa arqueologia e nunca é demais lembrar que uma das raízes constituintes deste complexo cultural “proto-histórico” é justamente o africano, ainda que modificado pelas pressões impostas pelos dominadores.

Não se deve, pois, imaginar, que a comunidade arqueológica ficou alheia ou indiferente ao tema. Dar vida às sociedades do passado, trazendo-as para a convivência cotidiana do presente, reconstituir seus segmentos como um todo, para que nos sirvam a entender melhor nossos caminhos é tarefa diária do arqueólogo, especialmente em nosso país. Se a ênfase atual ainda repousa no elemento indígena, deve-se mais ao isolamento em que este se encontra frente à abordagem histórica, do que por uma eleição proposital do arqueólogo. De fato, se há poucos anos os historiadores se ocupam dele, desde seu início a Arqueologia tratou de contextualizá-lo não se esquecendo, porém, que o aporte africano teve um indicador cronológico inicial estabelecido e que, portanto, seu estudo naturalmente enquadra-se no escopo da arqueologia histórica, desenvolvendo-se na medida em que esta mesma especialidade se amplia em nosso país.

2. Cf. Dias Jr., Ondemar F. “A Cerâmica Neo-Brasileira”, *Arqueo-IAB – Textos Avulsos* - Instituto de Arqueologia Brasileira, 1988, Rio de Janeiro, 1: 3-13.